

EMBAIXADA DO BRASIL EM NICÓSIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA

A. RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando trocaram Embaixadas cumulativas - a do Brasil, com sede em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa. Em agosto de 2009, Chipre instalou sua Embaixada residente em Brasília. Em reciprocidade, a Embaixada do Brasil em Nicósia foi aberta em janeiro de 2010. As relações entre os dois países têm-se mantido estáveis, sem incidentes que afetem o excelente nível de cooperação bilateral.

A.1. TEMAS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

A.1.1. COMÉRCIO BILATERAL

2. Segundo as estatísticas oficiais do Ministério da Economia, o Brasil exportou para Chipre, em 2018, o equivalente a 266,24 milhões de dólares norte-americanos. De acordo com a mesma fonte, houve uma espetacular variação de 414,69% com relação aos números de 2017. 85% do total exportado em 2018 corresponde a "tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios".

3. Em contraste com os números do Ministério da Economia do Brasil, os dados cipriotas são bem mais modestos. Há diferenças notáveis entre as estatísticas oficiais de cada país, no que diz respeito não apenas ao volume do comércio, mas também à composição da lista dos bens comercializados. Discrepâncias desse tipo são uma constante no cotejo das estatísticas publicadas no Brasil e em Chipre, o que reforça a suposição de que as exportações brasileiras para este país não são, na verdade, destinadas ao mercado cipriota, mas a outros países. Trata-se de hipótese bastante plausível quando se leva em conta a tradicional vocação reexportadora de Chipre e sua importância como centro distribuidor para mercados do Mediterrâneo oriental e até mesmo de países mais distantes, como a Rússia.

A.1.2. ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

4. Caberia lembrar que, em 2017, Chipre submeteu ao Brasil um projeto de acordo bilateral sobre Navegação Mercante. Na época, a parte brasileira declinou de discutir essa proposta cipriota, sob a alegação de que, no âmbito das negociações do acordo birregional, o Mercosul e a UE estavam debruçados sobre um "Capítulo sobre Comércio de Serviços e Estabelecimento", que continha subseção específica sobre transporte marítimo. Por essa razão, o Brasil vinha optando por não conduzir negociações bilaterais sobre transporte marítimo com os Estados-membros da UE, a fim de evitar duplicação de

esforços negociadores e eventual sobreposição de disciplinas a serem acordadas para o setor.

5. Agora que as tratativas birregionais foram concluídas, caberia averiguar se, à luz do Acordo Mercosul-UE, o Brasil estará disposto a reavaliar a conveniência de negociar acordo específico de transporte marítimo com Chipre.

A.1.3. ACORDO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO

6. Ao longo de todo o período de minha gestão, intensificou-se a insistência do governo cipriota em obter do governo brasileiro o compromisso de remover Chipre da lista dos países classificados como praticantes de tributação favorecida e, consequentemente, como "paraísos fiscais". Pedidos nesse sentido foram a mim formulados, pessoalmente, em ocasiões separadas, pelo próprio presidente da República, na oportunidade da apresentação de minhas cartas credenciais, pelos dois ministros dos Negócios Estrangeiros com os quais mantive interlocução e pelo ministro das Finanças, além de altos funcionários diplomáticos em funções na Chancelaria cipriota.

7. Além dessas gestões, cabe lembrar que o presidente Nicos Anastasiades enviara carta, datada de 20 de julho de 2015, à então presidente Dilma Rousseff sobre o mesmo assunto. Não há registro de resposta brasileira a essa missiva. Paralelamente, o secretário permanente do Ministério das Finanças de Chipre enviou três cartas ao secretário da Receita Federal do Brasil, em 2015, 2016 e 2017, ainda sobre o mesmo tema. As respostas da referida autoridade brasileira não foram acolhidas favoravelmente pelo lado cipriota. As gestões prosseguem, via Embaixada de Chipre em Brasília. Em todas essas ocasiões, o governo cipriota tem repisado o argumento de que a insistência brasileira em rotular Chipre como "paraíso fiscal" representa poderoso fator de inibição do potencial econômico a ser explorado pelos dois países, sobretudo por inviabilizar a assinatura de um acordo bilateral para evitar a dupla tributação.

8. Chipre pratica a taxa de 12,5% na tributação da renda de pessoas jurídicas - percentual, portanto, abaixo do piso de 17% estabelecido pela legislação brasileira, como requisito para a não-inclusão de países na lista de "paraísos fiscais". Isso não obstante, Chipre argumenta que, além dos 12,5% devidos ao fisco a título de imposto de renda, as empresas locais estão sujeitas a um elenco de outros tributos, sendo o principal a chamada "Special Defense Contribution", destinada ao reforço orçamentário das forças de defesa do país, que incide sobre 70% da renda tributável das pessoas jurídicas, à taxa de 17%. A existência desse imposto eleva a carga tributária de uma empresa em Chipre para o patamar mínimo de 22,9% (caso não tenha havido distribuição de dividendos) e, no máximo, 27,37% (nos casos de distribuição dos dividendos).

9. A juízo desta Embaixada, a rigidez da posição brasileira nessa matéria mereceria ser reconsiderada em função de quatro razões principais: primeiro, o fato de Chipre ter sido excluído da lista de países *non-compliant*, na avaliação do Fórum Global; segundo, a natural vocação de Chipre como plataforma de projeção de investimentos estrangeiros voltados para os países do Oriente Médio, o que potencializa significativamente a

atratividade do mercado cipriota; terceiro, os excelentes resultados da política econômica cipriota, em reação ao virtual colapso financeiro de 2012-13; quarto, o fato de que outros países considerados pelo Brasil como praticantes de tributação favorecida assinaram acordos com o Brasil para evitar dupla tributação. Enquadram-se neste caso a Suíça, com a qual assinamos acordo desse tipo no dia 3 de maio de 2018, e Cingapura (acordo assinado em 7 de maio de 2018).

10. Arrastando-se desde 2015, e mobilizando autoridades ao mais alto nível do governo cipriota, o problema acima descrito representa o único ponto de fricção nas relações Brasil-Chipre. O desgaste político dele resultante é evidente, com reflexos previsíveis no relacionamento bilateral nos planos econômico e comercial. A inexistência de um acordo para evitar a dupla tributação - consequência direta da classificação de Chipre como "paraíso fiscal" - inibe drasticamente as possibilidades de expansão de negócios entre empresas brasileiras e cipriotas.

A.2. TEMAS POLÍTICOS

A.2.1. O BRASIL E A QUESTÃO CIPRIOTA

11. "Questão Cipriota" é o epíteto pelo qual é conhecido o conflito que contrapõe as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota. Trata-se de problema cujo agravamento tornou-se particularmente agudo a partir da década de 50 do século passado, tendo começado a mobilizar a comunidade internacional a partir da independência de Chipre, ocorrida em 1960. O assunto será tratado mais pormenoradamente mais adiante, no capítulo dedicado à política externa de Chipre.

12. O engajamento do Brasil nos esforços internacionais voltados para a Questão Cipriota limita-se, nos dias de hoje, a uma pequena presença na UNFICYP (Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre). Desde agosto de 1995, o Brasil integra o Setor 1 da UNFICYP - unidade de Infantaria que conta hoje com 226 componentes, liderada pela Argentina, cujo Quartel-General (Campo San Martin) está localizado em região montanhosa que domina a parte central da ilha. Até março de 2005, a presença brasileira no Setor 1 era composta por dois militares (um oficial e um praça). Atualmente, nossa contribuição está circunscrita a um oficial. Os demais componentes da mesma unidade, além dos argentinos, são chilenos, em número de 13, e paraguaios, com 10.

13. Além do militar acima referido, o Brasil participa da UNFICYP por meio de um Capitão do Exército que trabalha como Adjunto na Célula de Planejamento do Quartel-General da ONU, em Nicósia. Trata-se de cargo criado em 2016, cujos titulares têm sido, invariavelmente, oficiais brasileiros.

A.2.3. CANDIDATURA DO BRASIL A ASSENTO NÃO PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

14. A Embaixada está engajada na obtenção do apoio de Chipre à candidatura do Brasil a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2022-2023. Já foram feitas gestões pessoais sobre o tema junto ao próprio

ministro dos Negócios Estrangeiros e ao secretário permanente da mesma Pasta. Depreende-se desses diálogos que: 1) Chipre atribui singular importância ao processo de escolha dos membros não permanentes do CSNU; 2) o principal critério adotado pela diplomacia cipriota, na tomada de decisão sobre a conveniência de apoiar esse tipo de candidatura, é o grau de adesão dos países candidatos aos preceitos do Direito Internacional. Nesse particular, os países da América Latina em geral e, em especial, o Brasil têm sido, historicamente, apreciados por Chipre por terem desenvolvido uma "cultura de Direito Internacional".

15. O apego de Chipre ao Direito Internacional é decorrência natural e direta do papel desestabilizador desempenhado pela Turquia como ator central da Questão Cipriota. Como se verá mais adiante, a parte setentrional de Chipre encontra-se sob ocupação militar turca desde 1974, e mais recentemente a Turquia passou a reclamar direitos de exploração de gás natural no interior da Zona Econômica Exclusiva cipriota. Em seu esforço de reduzir sua patente vulnerabilidade ante o poder militar turco, Chipre aferrou-se, com tenacidade, a argumentos jurídicos, e espera dos países amigos - em especial os que se candidatam a assentos não permanentes no CSNU - uma constante atitude de defesa dos direitos cipriotas frente às provocações e ameaças turcas, em especial no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

16. Nessas condições, sugere-se que a linguagem das gestões brasileiras junto a Nicósia, a favor da candidatura do Brasil a um assento não permanente do CSNU, seja vazada em termos que denotem uma adequada compreensão da dimensão jurídica dos problemas enfrentados por Chipre, em seus embates com a Turquia.

A.2.4. MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS BILATERAIS

17. A discussão de questões internacionais de interesse mútuo deveria, idealmente, ser canalizada por um foro institucional adequado. Deve-se ter em mente, nesse sentido, que se encontra em vigência, desde 28/5/2010, um Memorando de Entendimento entre os dois países para o estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. Trata-se de instrumento que prevê consultas a cada dois anos, alternadamente nas capitais de cada um dos países. Até o presente, o Memorando ainda não foi posto em prática.

18. Prevê-se para o próximo mês de novembro a visita ao Brasil do diretor político do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Chipre. A Embaixada sugeriu que essa missão seja institucionalmente enquadrada como primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais.

A.3. TEMAS CONSULARES

A.3.1. COMUNIDADE BRASILEIRA NA REPÚBLICA DE CHIPRE

19. A comunidade brasileira em Chipre, estimada em cerca de 250 pessoas, é composta, em sua maioria, por atletas profissionais contratados por clubes locais e cidadãos brasileiros unidos a cipriotas por matrimônio. Nas últimas eleições presidenciais, 53 eleitores da jurisdição estavam aptos para votar.

A.3.2. COMUNIDADE BRASILEIRA NA REPÚBLICA TURCA DE CHIPRE SETENTRIONAL

20. A divisão da ilha de Chipre em duas áreas, como consequência do conflito entre as comunidades grego-cipriota e turco-cipriota, representa um significativo desafio para a Embaixada do Brasil em Nicósia.

21. A República Turca de Chipre Setentrional (RTCS), criada em 1983 mediante decisão unilateral de separar-se da República de Chipre, tem sua existência como Estado considerada "ilegal" por Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não é reconhecida por qualquer Estado, salvo a Turquia. Em razão disso, as Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares, assim como outros instrumentos de direito internacional, têm restrita aplicabilidade prática no território da RTCS.

22. Tais circunstâncias inibem consideravelmente a capacidade da Embaixada de prestar assistência consular à crescente comunidade de brasileiros que reside ou transita por aquele território. Em caso recente de prisão de cidadão brasileiro no território da RTCS, o acesso da Embaixada ao nacional somente foi possível graças à intervenção do advogado privado que, à época, o assistia, e não sem dificuldades.

23. A propósito, tem-se percebido, nos últimos meses, aumento do fluxo de cidadãos brasileiros à RTCS - tanto de turistas como de investidores e possíveis residentes -, em grande parte devido ao baixo custo de vida e aos custos favoráveis de imóveis, o que se intensificou desde a desvalorização da lira turca. Estima-se que cerca de pelo menos 10 cidadãos brasileiros trabalham ou residem habitualmente no território da RTCS. Há notícias de que instituições educacionais instaladas naquele território têm ativamente procurado atrair estudantes estrangeiros, que posteriormente vêm a enfrentar problemas para reconhecer em seus países de origem os títulos lá obtidos.

24. Cabe ressaltar, ademais, que inexistem definições claras e precisas, por parte das autoridades greco-cipriotas, a respeito de certas situações enfrentadas por turistas estrangeiros, especialmente o trânsito entre a RTCS e a República de Chipre. Tal indefinição normativa permite ampla margem de discricionariedade das autoridades para admitir ou denegar a entrada de cidadãos na República de Chipre.

25. Outros países com Embaixadas residentes na República de Chipre enfrentam semelhantes dificuldades, inclusive na eventual interlocução com as autoridades de facto da RTCS - procedimento que é malvisto pelas autoridades da República de Chipre, por não reconhecerem o território da RTCS como ente independente. Não obstante, países como a Austrália e os EUA têm presença mais efetiva naquele território, inclusive por meio de funcionários e escritórios ali estabelecidos (embora não oficialmente) e do desenvolvimento e manutenção de contatos locais, ainda que informais. Por outro lado, países europeus que mantinham algum tipo de repartição naquele território - normalmente de caráter informativo e/ou cultural -, como a Itália, a França e a Alemanha, as teriam fechado recentemente. Outros países, como o Egito, a Romênia e a Índia, não teriam, por princípio, qualquer tipo de contato ou interlocução com agentes no território da RTCS.

26. Finalmente, há notícias de que o território da RTCS tem sido usado como albergue para criminosos e pessoas procuradas pela Justiça, por ali estarem a salvo de instrumentos de cooperação jurídica e policial internacional.

27. À luz de todo o exposto, a Embaixada do Brasil em Nicosia veicula, pelo Portal Consular mantido pelo Itamaraty e pelo sítio eletrônico da Embaixada, advertências a respeito dos riscos do turismo na RTCS.

A.3.3. PLANOS DE EVACUAÇÃO

28. Durante a guerra de 2006 entre Líbano e Israel, cerca de setenta mil civis foram evacuados a Chipre antes de retornarem aos seus países de origem. Devido a tal experiência, Chipre desenvolveu o plano nacional ESTIA, destinado a orientar a atuação do governo em casos similares, por meio do qual espera estar mais capacitado para receber emergencialmente cerca de cem mil civis.

29. Para testar a eficácia da implementação do ESTIA, foi concebido um exercício multinacional de cooperação civil-militar denominado "Argonaut", que é organizado anualmente por Chipre. Trata-se do maior exercício do mundo que tem como prioridade as operações de evacuação de não-combatentes. O Brasil dele participa desde 2018, como observador, por meio da Embaixada em Nicosia. Em 2019, a participação brasileira contou com a presença, também como observadores, dos adidos militares e de defesa das Embaixadas do Brasil em Beirute e Teerã, além de representantes da Embaixada em Nicosia.

30. O Ministério dos Negócios Estrangeiros cipriota estima que, em nova situação de crise, até 20% da população residente no Líbano poderia usar Chipre como refúgio temporário. De acordo com estimativas oficiais, a comunidade de brasileiros vivendo no Líbano é de cerca de dezessete mil pessoas, com tendência de crescimento. Assim, poder-se-ia esperar até cerca de 3,5 mil brasileiros que poderiam, nessas circunstâncias, fazer uso de Chipre como porto seguro antes de eventual repatriação.

31. O governo cipriota deverá priorizar o acolhimento de nacionais de países com os quais estabeleceu previamente memorando de entendimento sobre facilitação de acolhimento, assistência e partida de nacionais de terceiros países durante operação de evacuação de área de crise por meio do território de Chipre. Nesse sentido, reitero que considero ser do interesse brasileiro cogitar a negociação de memorando de entendimento sobre este tema.

B. POLÍTICA EXTERNA

B.1. QUESTÃO CIPRIOTA

B.1.1. INTRODUÇÃO

32. Em sua expressão moderna, o conflito entre as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota, geralmente referido como "Questão Cipriota" ou "Problema Cipriota", teve o seu

estopim no controvertido projeto de incorporação de Chipre à Grécia - aspiração designada pela palavra grega *énosis* (união). Na década de 50 do século passado, a ideia da *énosis* ganhou força, alimentada pela atávica insegurança da comunidade greco-cipriota - reminiscente da dominação otomana - ante a possibilidade de a Turquia assumir o controle da ilha. A partir de 1955, e à medida que se aproximava o fim do período colonial britânico, a hipótese de união com a Grécia provocou conflitos constantes e cada vez mais graves entre os grupos greco-cipriota e turco-cipriota.

33. Em 1960, ano da independência cipriota, o Reino Unido, a Grécia e a Turquia - as duas últimas, na qualidade de *pátrias mães* das comunidades greco-cipriota e turco-cipriota - tornaram-se garantes de um Tratado que define as medidas de contenção de conflitos em Chipre. Entre estas, destaca-se a que facilita aos três países-garantes a possibilidade de intervenção militar em casos de violência perpetrada contra as comunidades por eles representadas. Em 1963, o país esteve à beira da guerra civil. No dia 30 de dezembro daquele ano, na sequência de episódios de grande violência, o então Governo cipriota pediu, em regime de urgência, a mediação das Nações Unidas e a criação de uma força de paz da ONU na ilha.

34. A situação deteriorou-se em 1974, quando, em meio a sérias confrontações entre os dois grupos, a Turquia invadiu militarmente a ilha a fim de proteger a comunidade turco-cipriota. Iniciava-se, naquele momento, um conflito que já cumpriu 45 anos de existência. Em 1983, consumada a partição *de facto* da ilha de Chipre, foi proclamada unilateralmente a independência da República Turca de Chipre Setentrional (RTCS), cuja existência é reconhecida por apenas um país: a Turquia.

35. A Resolução 541 (1983) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao declarar legalmente inválido o ato de independência da RTCS, conclamou todos os países a não reconhecerem qualquer outro Estado cipriota que não fosse a República de Chipre. Os termos do referido documento de 1983 foi reiterado pela Resolução 550 (1984) do CSNU, em termos mais incisivos.

B.1.2. A QUESTÃO CIPRIOTA, HOJE

36. Nicos Anastasiades, presidente da República de Chipre, e Mustafa Akinci, "presidente" da RTCS, são os dois protagonistas da Questão Cipriota, em sua fase atual. Ambos assumiram seus mandatos - Anastasiades, em fevereiro de 2013, tendo sido reeleito em fevereiro de 2018; Akinci, em abril de 2015 - dispostos a solucionar o problema e partir para a reunificação do país.

37. Por conta desse antecedente, estabeleceu-se, efemeramente, uma boa "química" entre os líderes máximos das comunidades greco-cipriota e turco-cipriota. Anastasiades e Akinci reuniram-se inúmeras vezes em 2015, sempre apoiados pelo "Escritório de Bons Ofícios" instalado pela ONU em Chipre. No começo de janeiro de 2017, o otimismo tornou-se mais robusto quando os dois líderes preparavam-se para um acontecimento que parecia promissor: uma conferência internacional auspiciada pela ONU que iria ter lugar em Genebra, reunindo as cinco partes implicadas na Questão Cipriota - além dos dois

lados diretamente interessados (a República de Chipre e a RTCS), os três países-garantes (Grécia, Turquia e Reino Unido) do Tratado de Garantia de 1960 e, como observador, a União Europeia. O otimismo justificava-se, entre outras razões, pelo fato de que, pela primeira vez na história, a Turquia se juntava a uma mesa de negociação em torno do problema cipriota.

38. O otimismo durou pouco tempo. Grécia e Turquia fizeram migrar para a mesa de negociação as turbulências dos seus problemas bilaterais. Ancara, em particular, manteve-se inflexível em sua postura com respeito a dois temas cruciais: a manutenção de suas tropas no norte da ilha (mais de 40 mil militares) e a preservação do Tratado de Garantia de 1960. Ao contrário da Grécia, do Reino Unido e da República de Chipre, que preconizam a revogação desse tratado, a Turquia insiste em mantê-lo - o que perpetua seu direito de intervir militarmente na ilha caso haja a percepção de que a comunidade turco-cipriota esteja sendo ameaçada por greco-cipriotas.

39. A conferência internacional sobre Chipre, iniciada em Genebra no dia 12 de janeiro de 2017, foi interrompida poucos meses depois, por motivos ligados, primariamente, às intransigências da Turquia e a sucessivas erupções de explosivos sentimentos nacionalistas nas comunidades greco-cipriota e turco-cipriota.

40. O "Escritório de Bons Ofícios" da ONU e o próprio secretário-geral António Guterres engajaram-se em ingentes esforços de conciliação. O empenho foi recompensado pela reconvoação da conferência internacional que havia sido abandonada em Genebra. No dia 28 de junho de 2017, na municipalidade suíça de Crans-Montana, sob os auspícios da ONU, as partes do conflito (comunidades greco-cipriota e turco-cipriota) e as partes interessadas (os três países-garantes e a UE, na qualidade de observador) voltaram a reunir-se.

41. A experiência não foi bem sucedida. No dia 7 de julho de 2017, ou seja, nove dias depois de iniciada, o secretário-geral da ONU encerrou a conferência de Crans-Montana, alegando, explicitamente, a impossibilidade de um acordo entre os atores da Questão Cipriota.

42. Desde então, o secretário-geral António Guterres tem preferido reduzir ao mínimo sua visibilidade como auspiciador do processo negociador da Questão Cipriota. O "Escritório de Bons Ofícios" da ONU, que o representava em Chipre para tratar deste assunto em tempo integral, em caráter exclusivo e com agenda bastante carregada, perdeu relevância. O marasmo das conversações entre as partes do conflito só foi sacudido - e, mesmo assim, timidamente - quando Guterres indicou a norte-americana Jane Holl Lute como sua conselheira especial para Chipre, em caráter temporário.

43. O mandato de Lute é bem mais restrito do que o de seu predecessor, o norueguês Espen Barth Eide, que se notabilizara como facilitador e organizador da malograda conferência internacional sobre Chipre, acima referida. Basicamente, as funções da nova conselheira de Guterres limitam-se a uma única tarefa: averiguar se as partes da Questão

Cipriota mostram, efetivamente, disposição para retomar as negociações interrompidas em Crans-Montana.

B.2. GÁS NATURAL

44. Ao longo do período de minha gestão à frente da Embaixada, vem-se exacerbando a tensão entre Chipre e a Turquia a respeito das reservas de gás natural existentes na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e na plataforma continental de soberania cipriota. A origem desse problema remonta ao mútuo entendimento - devidamente cristalizado no curso das negociações da Questão Cipriota - segundo o qual os recursos naturais existentes em qualquer parte da ilha de Chipre e em seu entorno marítimo beneficiará tanto a comunidade greco-cipriota quanto a turco-cipriota. Esse entendimento tem sido reiterado não apenas em Chipre, como também em instâncias internacionais, como a ONU.

45. Está, portanto, consagrado o princípio segundo o qual o gás natural existente no mar de Chipre deverá "pertencer" a ambas as comunidades em conflito. O ponto da discordia reside no seguinte ponto: a Turquia e a RTCS reclamam que o gás, uma vez descoberto e explorado, deverá beneficiar a comunidade turco-cipriota imediatamente; em contraste, a República de Chipre alega que os benefícios provenientes do gás só deverão ser compartilhados com a comunidade turco-cipriota após a reunificação de Chipre como uma nação federativa.

46. Acresce que a Turquia, que não é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não reconhece as fronteiras marítimas demarcadas por Chipre com o Egito, Líbano e Israel - com base nas quais foram determinados os limites dos blocos de exploração de hidrocarbonetos existentes na ZEE cipriota, licitados pelo governo local e abertos à concorrência internacional.

47. O fato concreto é que a exploração de gás natural no entorno marítimo de Chipre tem sido um sucesso. Empresas como a italiana ENI, a francesa Total e as norte-americanas ExxonMobil e Noble Energy são algumas das detentoras das licenças de exploração dos blocos acima referidos. Alguns anos atrás, a Noble Energy descobriu uma jazida de gás natural, no campo denominado "Aphrodite", com capacidade estimada entre 3,6 e 6 trilhões de pés cúbicos. Era a principal descoberta até então registrada em Chipre, até a ENI anunciar, em fevereiro de 2018, a existência de possíveis 6 e 8 trilhões de pés cúbicos de gás em um poço denominado "Calypso". Mais recentemente, em março deste ano, no poço "Glaucus-1", a ExxonMobil anunciou a descoberta de um depósito de gás estimado entre 5 e 8 trilhões de pés cúbicos.

48. Para proteger os "direitos" da comunidade turco-cipriota aos benefícios dessas descobertas, a Turquia tem agido militarmente. Em fevereiro de 2018, um navio-sonda da ENI que navegava no interior da ZEE cipriota foi obrigado, por navios de guerra turcos, a voltar atrás, abandonando os planos de iniciar a perfuração de um poço ao largo da costa oriental da ilha.

49. O mais grave incidente provocado pela Turquia, relacionado ao gás natural em águas cipriotas, ainda está em andamento. Em maio deste ano, a empresa estatal de petróleo da Turquia, Turkish Petroleum (TPAO), posicionou um de seus dois navios-sonda na costa ocidental da ilha, no interior da ZEE da República de Chipre, com a declarada intenção de perfurar o solo marítimo em busca de jazidas de hidrocarbonetos. Navios da Marinha turca encontram-se no local para proteger a embarcação da TPAO. Diversas personalidades cipriotas com quem tenho conversado afirmaram que se trata do mais grave incidente provocado pela Turquia contra Chipre, desde a invasão militar turca de 1974.

50. Na esteira desse incidente, Chipre vem colecionando expressivos apoios internacionais por conta da incursão do navio-sonda turco na ZEE cipriota. A última cúpula do Conselho Europeu (21/6/19) foi farta de declarações de solidariedade a Chipre e de aberta condenação da Turquia. Os Estados Unidos juntaram-se a essas manifestações. Em comunicado à imprensa, o Departamento de Estado dos EUA, em linguagem direta, instou as autoridades turcas a suspenderem as operações de perfuração em águas cipriotas.

B.3. TRILATERALIDADES

51. A política externa de Chipre é, claramente, refém da Questão Cipriota e dos problemas provocados pela Turquia. Além desses temas, a diplomacia cipriota ocupa-se, com alta prioridade, dos compromissos do país enquanto Estado-membro da União Europeia. Por motivos intrinsecamente ligados a suas vulnerabilidades perante a Turquia, Nicósia procura, tradicionalmente, desenvolver uma política de grande proximidade com os países que ocupam assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia). Além desses países, Chipre mantém relações quase umbilicais com a Grécia, a *pátria-mãe*.

52. A região do Levante - na qual Chipre ocupa posição central, de grande relevância geoestratégica - parecia estar de fora do elenco de prioridades de política externa cipriota. Essa evidente distorção começou a ser sanada quando Chipre e a Grécia conceberam um sistema de inserção comum no Oriente Médio. Nicósia e Atenas criaram um mecanismo de cúpulas envolvendo sete países do Mediterrâneo oriental, que funciona em formato trilateral. Nesse formato, os dois países helênicos (Chipre e Grécia) são elementos constantes; Egito, Israel, Jordânia, Líbano e Palestina são elementos variáveis.

53. As trilateralidades passaram a ser o mecanismo preferencial da inserção de Chipre em seu entorno regional; mais que isso, tornaram-se a vertente mais dinâmica da diplomacia cipriota. O germe desse tipo de iniciativa são os depósitos de gás natural existentes na parte oriental do Mediterrâneo. As cúpulas Chipre-Grécia-Egito e Chipre-Grécia-Israel, por exemplo, notabilizam-se por ambiciosos propósitos de integração energética. Não obstante, os assuntos políticos e de segurança (crises na região, refugiados, terrorismo, questões europeias e multilaterais etc) têm lugar de grande destaque nessas reuniões.

54. O mecanismo das trilateralidades tem chamado a atenção da comunidade internacional, por sua importância crescente no contexto regional. Prova disso foi a

participação do secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, na última edição da cúpula Chipre-Grécia-Israel, que teve lugar em Jerusalém no dia 20 de março último.

B.4. VENEZUELA

55. Chipre, ao lado da Grécia, da Itália e da Eslováquia, é um dos Estados-membros da União Europeia que não reconhecem Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. A posição de Nicósia nesse particular, tal como verbalizada por alto funcionário da Chancelaria cipriota em conversa com o chefe do Posto, guarda relação com a Questão Cipriota.

56. Segundo a mesma fonte, Nicolás Maduro teria sido convencido pelo presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, a insinuar que reconheceria a República Turca de Chipre Setentrional (RTCS), em retaliação a eventual reconhecimento cipriota de Guaidó. Teme a diplomacia cipriota que, caso Maduro consuma essa ameaça, as consequências para Chipre seriam potencialmente desastrosas, por se tratar de medida dificilmente reversível e, além disso, passível de desencadear outros reconhecimentos da RTCS, em cascata.

C. ECONOMIA

57. A economia de Chipre, ilha mediterrânea estabelecida historicamente como entreposto comercial e portuário entre Europa, Ásia e África, caracteriza-se pela abertura, flexibilidade e pequena escala. O PIB cipriota alcançou em 2017 € 21.6 bilhões e sua população é de pouco menos de um milhão de habitantes, o que resulta em sua classificação, pelo Banco Mundial, como país de renda elevada (PIB per capita, US\$ 25,233.00 em 2017). A economia cipriota concentra-se no setor de serviços (87%), tendo a indústria (11%) e a agricultura (2%) participação apenas residual na formação do PIB.

58. Antes da crise financeira global de 2008, Chipre apresentara, ao longo das últimas décadas, bom desempenho econômico com taxas de crescimento razoáveis (5,1% em 2007; 3,6% em 2008), baixa inflação, baixo endividamento público e condições próximas a situação de pleno emprego. A boa performance, contudo, mascarava desequilíbrios estruturais da economia local, acentuados pelo contexto de crescente globalização econômica, entre os quais, a baixa competitividade laboral e a expansão sem precedentes do setor bancário e de crédito, ambos submetidos a controles modestos.

59. A derrocada econômica de Chipre acelerou-se com a exposição do país à crise financeira da Grécia, em razão da expressiva quantidade de títulos públicos gregos em poder dos bancos cipriotas e da desaceleração das relações econômicas privilegiadas mantidas entre os dois países. Ademais disso, o envolvimento de bancos cipriotas em medidas de alívio da dívida na Grécia descapitalizou os bancos locais, retirando da economia cipriota cerca de €4.5 bilhões, valor correspondente a 25% do PIB do país. A falta de liquidez e a crise de confiança na solvência dos bancos deixou o setor financeiro - e o país - em situação próxima ao colapso em 2013, quando a economia se retraiu em espantosos -6%.

60. Além do setor bancário, a construção civil, o turismo e o comércio varejista foram fortemente afetados, o que levou Chipre a enfrentar a primeira recessão do país desde 1974, tendo a crise resultado nos mais elevados índices de desemprego da história do país. O colapso bancário somente foi evitado por meio de decisão do Eurogrupo de recapitalizar os bancos cipriotas. Em abril de 2013, Chipre assinou acordo de assistência por meio do Mecanismo de Estabilização Europeia e do FMI, que resultou na injeção de € 10 bilhões na economia do país.

61. Desde então, Chipre deu início à execução de agenda de reformas estruturais como contrapartida à ajuda financeira, quais sejam: (1) reforma do setor financeiro, com a adoção de maior controle regulatório, mecanismos de supervisão do setor de crédito e adoção de medidas de transparência/accountability; (2) consolidação e recuperação da situação fiscal do país; (3) reformas do sistema de seguridade social, da administração pública e do planejamento fiscal/orçamentário. Entre os desafios para a implementação do acordo e a plena recuperação econômica do país estão o elevado nível de créditos não produtivos (NPL) e a dificuldade de transferir para o lado real da economia a liquidez injetada nos bancos.

62. Apesar das reformas, a recuperação econômica ocorreu lentamente, tendo Chipre voltado a registrar crescimento apenas em 2015 (1.7%). Desde então, os indicadores mostram que a economia do país segue em trajetória ascendente (2016, 2.8%; 2017, 3.9%; 2018, 3.8%). O desemprego tem diminuído progressivamente, tendo diminuído de cerca de 16% em 2012-13 para 6.9% em abril de 2019.

63. Tenho acompanhado, desde minha chegada no Posto, a recuperação econômica e a restauração do otimismo em relação à superação do difícil período entre 2009-2015. O governo cipriota tem se esforçado para dar cumprimento ao acordo EU/FMI e procurado empreender esforços para diversificar a economia. Além de aperfeiçoar cadeias produtivas associadas a atividades tradicionais na economia local- comércio marítimo/portuário, serviços financeiros, turismo, exportação de gêneros alimentícios indígenas- o Governo cipriota busca consolidar cadeias em segmentos "não-tradicionais" como a prestação de serviços em saúde, educação superior e pesquisa tecnológica.

64. A descoberta de consideráveis reservas de gás na Zona Econômica Exclusiva de Chipre (estimados entre 130 bilhões de metros cúbicos) acentuou o otimismo do governo de Chipre em relação à trajetória de recuperação econômica. A ilhota do Mediterrâneo tem agora a perspectiva de se tornar autossuficiente na produção de gás para suprir suas necessidades energéticas e passar de país dependente da importação de hidrocarbonetos a país exportador de tais recursos.

65. Começam a se tornar conhecidos diversos projetos associados ao desenvolvimento de infraestruturas para a indústria de gás - cujo exemplo mais expressivo é o projeto do gasoduto EastMed, que prevê uma estrutura de transporte de gás natural com 2.200 km de extensão, que se estenderá da costa sul de Chipre até a cidade italiana de Otranto, via Creta e Grécia continental, destinada ao suprimento do mercado europeu. A obra transportará 10 bilhões de metros cúbicos de gás por ano. Na Grécia, o EastMed se

conectará a outro gasoduto, o Poseidon, cujo destino é a Itália. Ademais disso, Chipre assinou com o Egito acordo para a construção de gasoduto entre os dois países, o que permitirá a liquefação do gás cipriota na planta egípcia de Idku.